



University of
Texas Libraries



e-revist@s



Centro Unversitário Santo Agostinho



revistafsa

www4.fsnet.com.br/revista

Rev. FSA, Teresina, v. 21, n. 12, art. 6, p. 112-137, Dez. 2024

ISSN Impresso: 1806-6356 ISSN Eletrônico: 2317-2983

<http://dx.doi.org/10.12819/2024.21.12.6>

DOAJ DIRECTORY OF
OPEN ACCESS
JOURNALS

WZB
Wissenschaftszentrum Berlin
für Sozialforschung



MIAR



Crescimento Econômico e Gastos Públicos na Região Sul

Economic Growth and Public Spending in Southern Brazil

Matheus Santos Marques

Graduação em Contabilidade pela Universidade Federal do Paraná

Mestrado em Contabilidade pela Universidade Federal do Paraná

E-mail: matheus_marques486@hotmail.com

Vagner Alves Arantes

Doutor em Contabilidade pela Universidade Federal do Paraná

E-mail: vagner.arantes@ufpr.br

Endereço: Matheus Santos Marques

Rua Doutor Jorge Meyer Filho, 09, Jardim Botânico,
CEP: 80210-190, Curitiba/PR, Brasil.

Endereço: Vagner Alves Arantes

Universidade Federal do Paraná – Av. Prefeito Lothario
Meissner, 632 - 1º Andar - Sala 120, Jardim Botânico,
CEP: 80210-170, Curitiba/PR, Brasil.

Editor-Chefe: Dr. Tonny Kerley de Alencar
Rodrigues

Artigo recebido em 01/10/2024. Última versão
recebida em 21/10/2024. Aprovado em 22/10/2024.

Avaliado pelo sistema Triple Review: a) Desk Review
pelo Editor-Chefe; e b) Double Blind Review
(avaliação cega por dois avaliadores da área).

Revisão: Gramatical, Normativa e de Formatação



RESUMO

Este trabalho investiga a influência dos gastos públicos no crescimento e desenvolvimento econômico dos municípios da região Sul do Brasil. Estudos indicam que despesas em saúde, saneamento básico, educação, urbanismo, habitação e assistência social tendem a estar associadas ao crescimento econômico. A análise abrange 1.184 municípios da região Sul, utilizando regressão com dados em painel no período de 2005 a 2016. Os resultados mostram que esses gastos, em geral, têm efeitos negativos sobre o crescimento econômico, variando conforme o tamanho populacional. Municípios com até 20 mil habitantes sofrem mais com esses impactos, exceto no caso de educação, cujos efeitos são mais evidentes em municípios maiores. No desenvolvimento econômico, apenas os gastos com assistência social demonstram um impacto positivo em municípios menores. Este estudo preenche uma lacuna na literatura ao tratar o crescimento e o desenvolvimento econômico de forma abrangente nos municípios da região Sul, identificando como as despesas públicas os afetam. Além disso, destaca a importância de considerar o porte municipal ao alocar o orçamento, fornecendo subsídios para políticas públicas que visam ao desenvolvimento econômico sustentável e incentivando a população a pressionar por mudanças a longo prazo.

Palavras-chave: Crescimento Econômico. IFDM. Gastos Públicos. Região Sul.

ABSTRACT

This study investigates the influence of public spending on the economic growth and development of municipalities in the Southern region of Brazil. Previous research suggests that expenditures on health, basic sanitation, education, urbanism, housing, and social assistance tend to be associated with economic growth. The analysis includes 1,184 municipalities from Southern Brazil, using panel data regression for the period from 2005 to 2016. The results show that these expenditures generally have negative effects on economic growth, varying according to population size. Municipalities with up to 20,000 inhabitants experience the most negative impacts, except for education spending, which has more significant effects in larger municipalities. In terms of economic development, only social assistance spending shows positive effects in smaller municipalities. This study fills a gap in the literature by comprehensively addressing both economic growth and development in the Southern region's municipalities and identifying how public expenditures influence these aspects. Moreover, it highlights the importance of considering municipality size when allocating budgets, providing valuable insights for policy discussions and decisions aimed at promoting long-term economic development, while encouraging citizens to advocate for impactful policies.

Keywords: Economic Growth. IFDM. Public Expenditures. Southern Region.

1 INTRODUÇÃO

A alocação de recursos públicos é uma estratégia utilizada para impulsionar o desenvolvimento local mesmo que, em certas ocasiões, esses recursos sejam considerados como insuficientes (MUSGRAVE, 1959). Em uma sociedade dinâmica, diversas áreas de interesse público demandam atenção e, nesse contexto, os municípios desempenham um papel importante ao buscar aprimorar a qualidade de vida de seus cidadãos (SENGENBERGER, 1993; LEIGH; BLAKELY, 2016). Conforme destacado por Trojanek *et al.* (2021), as vantagens competitivas de uma região vão além de fatores naturais e históricos, abrangendo elementos intangíveis como a eficiência dos sistemas sociais, econômicos e territoriais.

O crescimento econômico é impulsionado em parte pela alocação estratégica dos gastos públicos (BARRO, 1990). Sousa *et al.* (2020) argumentam que, ao implementar incentivos governamentais e medidas adequadas, é possível estimular a economia, gerando impactos positivos nos indicadores de desenvolvimento econômico (RAM, 1986; ASCHAUER, 1989; CASHIN, 1995). A discussão posta é que os gastos governamentais em diversas áreas têm o potencial de impulsionar a economia, refletindo em índices de curto prazo, como os relacionados ao crescimento econômico (SOUSA *et al.*, 2020). De maneira geral, os diferentes setores dos gastos públicos podem catalisar o desenvolvimento e o progresso em uma região específica, sendo que pesquisas recentes têm se concentrado em áreas como saúde, educação e infraestrutura (NEDUZIAK; CORREIA, 2017; SHI *et al.*, 2017; ZAIDI; SAIDI, 2018; IFA; GUETAT, 2018; SHAFUDA, DE, 2020).

Ao direcionar os gastos públicos em setores estratégicos como saúde, educação e infraestrutura, os governos criam um ambiente propício para a eficiência dos sistemas sociais e econômicos, contribuindo para o crescimento econômico sustentável (SCARPIN, 2006). Santos Filho (2010) destaca a importância de considerar o nível de desenvolvimento da sociedade, pois esse fator geralmente se reflete no bem-estar social e na qualidade de vida. Nesse contexto, estudos recentes têm analisado os reflexos no desenvolvimento econômico resultante de diferentes funções da despesa pública (MAPARU; MAZUMDER, 2017; OBASUYI *et al.*, 2018; PATEL; ANNAPOORNA, 2019; BALVOCIUTE, 2020; SHAFUDA; 2020; EKEOCHA *et al.*, 2022).

No Brasil, a relação entre a alocação de despesas públicas, crescimento e desenvolvimento econômico é pouco explorada. Estudos anteriores analisaram a influência da distribuição de gastos governamentais em municípios da região Sul (BOGONI *et al.*, 2011; AVELINO *et al.*, 2013; NEDUZIAK; CORREIA, 2017; SOUSA *et al.*, 2020). Avelino *et al.*

(2013) focaram nas capitais dos estados, enquanto Neduziak e Correia (2017) investigaram a alocação de recursos em diferentes estados do país. Sousa *et al.* (2020) concentraram-se nos municípios de Santa Catarina, preenchendo uma lacuna deixada por pesquisas anteriores limitadas às capitais brasileiras. Esses estudos motivaram a presente pesquisa, que busca ampliar a análise para todos os municípios da Região Sul.

Sob essa perspectiva, a alocação estratégica dos recursos públicos é crucial para impulsionar o desenvolvimento local, com os municípios desempenhando um papel fundamental na melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. Fatores como peculiaridades regionais, aspectos culturais, tamanho e localização moldam a demanda por políticas públicas (SOUSA *et al.*, 2020). Além das vantagens naturais e históricas, a eficiência dos sistemas sociais e econômicos confere competitividade à região, impactando a qualidade de vida e o desenvolvimento econômico (TROJANEK *et al.*, 2021). O presente estudo investiga a influência dos gastos públicos no crescimento e desenvolvimento econômico nos municípios da região Sul do Brasil.

O presente estudo é relevante ao apresentar avanços à discussão acerca de como a alocação dos gastos públicos afeta o crescimento e desenvolvimento econômico (OGUNDARI; ABDULAI, 2014; KING; RAMLOGAN-DOBSON, 2015; MAPARU; MAZUMDER, 2017; OBASUYI *et al.*, 2018; PATEL; ANNAPOORNA, 2019; BALVOCIUTE, 2020; SHAFUDA; DE, 2020; EKEOCHA *et al.*, 2022). Além disso, a pesquisa proporciona uma nova perspectiva ao examinar, de forma mais abrangente, como os gastos públicos influenciaram o crescimento e desenvolvimento econômico nos municípios de uma região específica.

O estudo também contribui às investigações que se concentraram na análise dos reflexos da alocação dos gastos públicos na região Sul do Brasil (BOGONI *et al.*, 2011; Sousa *et al.*, 2020). Diferentemente de estudos anteriores, que apresentaram algumas limitações como a omissão de outras funções da despesa pública ou a concentração nos maiores municípios, esta pesquisa se destaca por sua abordagem pioneira e abrangente. Enquanto Bogoni *et al.* (2011) focaram nas maiores cidade da região Sul, e Sousa *et al.* (2020) concentraram seus esforços em analisar os municípios do estado de Santa Catarina, este estudo examina a relação entre os gastos públicos e o crescimento e desenvolvimento econômico em toda a região Sul.

Além disto, a região Sul do Brasil é um ambiente propício para investigar a alocação de gastos, especialmente devido à origem do orçamento participativo em Porto Alegre. A experiência pioneira de inclusão cidadã no orçamento, iniciada em 1989, foi reconhecida

pelas Nações Unidas em 1996 (AVRITZER, 2012; BAIOCCHI; GANUZA, 2014). Nesse contexto regional de participação ativa dos cidadãos, compreender como ocorre a alocação de recursos e seu impacto no crescimento e desenvolvimento econômico é valioso para discussões em nível nacional. Além disso, pode inspirar outras regiões a adotarem práticas que promovam maior participação da população.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Desenvolvimento e apresentação das hipóteses

A classificação por função das despesas no setor público, conforme Secchi (2014), busca representar a implementação prática das políticas públicas em áreas como saúde, educação, segurança, gestão e meio ambiente. Essa abordagem simplifica a compreensão das ações governamentais, possibilitando uma avaliação clara da distribuição de recursos conforme as prioridades estabelecidas (AGUM *et al.*, 2015). Isso contribui para uma gestão eficiente e responsável dos recursos públicos, visando impulsionar o crescimento econômico e atender às necessidades locais (HELDEN *et al.*, 2008).

Algumas áreas estão mais relacionadas ao crescimento econômico. Estudos realizados por Barro (2013), Facchini e Seghezza (2018) e Zaidi e Saidi (2018) apontam que os maiores investimentos na área da saúde impulsionam o crescimento econômico. Isso ocorre porque, quando a população possui melhores condições de saúde, tanto físicas como mentais, a produtividade local tende a aumentar, resultando em um crescimento econômico mais robusto (BLOOM; CANNING, 2000). Dessa forma, problemas que comprometem a saúde do indivíduo podem prejudicar o crescimento local. Além disso, uma sociedade mais saudável é capaz de se desenvolver e, por consequência, reduzir a pobreza local (OGUNDARI; ABDULAI, 2014).

Nesse contexto, a saúde é um investimento significativo, conforme Ogundari e Abdulai (2014), influenciando diretamente o crescimento econômico. Edney *et al.* (2018) reforçam que gastos em saúde, especialmente em tratamentos adequados, reduzem impactos financeiros causados por doenças. Sousa *et al.* (2020) sublinham que os governos devem ver os investimentos em saúde como estratégia para impulsionar o desenvolvimento local. Essa abordagem cria um ciclo virtuoso, beneficiando a sociedade, conforme Razmi *et al.* (2012) e Fadilah *et al.* (2018) destacam. Assim, investir em saúde não apenas melhora a qualidade de

vida, mas também contribui para a prosperidade econômica, evidenciando uma conexão vital entre bem-estar e crescimento econômico.

Em consonância com essa discussão, os investimentos em infraestrutura, especialmente relacionados ao saneamento básico, também apresentam efeitos benéficos para a sociedade (AUGSBURG; RODRÍGUEZ-LESME, 2018). Destaca-se que o saneamento básico e a saúde possuem uma relação mútua, pois comunidades que possuem acesso a melhores fontes de água e sistemas de saneamento mais eficientes tendem a apresentar índices mais baixos de mortalidade infantil (SHANDRA *et al.*, 2011). Dessa forma, práticas adequadas de saneamento e higiene resultam em uma significativa economia de recursos públicos (HUTTON *et al.*, 2007). Embora estudos como o de Sousa *et al.* (2020) não confirmem essa hipótese, sugere-se que os efeitos dos investimentos em saneamento só podem ser plenamente mensurados a longo prazo.

Nesse contexto, à medida que as condições sanitárias de uma comunidade melhoram, as vantagens econômicas, diretas e indiretas, tornam-se evidentes. A redução de custos com saúde, a diminuição de dias não trabalhados ocasionados por doenças e o aumento da expectativa de vida são exemplos práticos dessas vantagens. Diante dessas perspectivas, mostra-se que os investimentos nessas duas áreas podem ter uma relação positiva com o crescimento e desenvolvimento dos municípios (HUTTON *et al.*, 2007). Diante da importância da saúde e do saneamento básico para a sociedade, propõe-se que:

H1a: Existe uma relação positiva e significativa entre os gastos com saúde e saneamento básico com o crescimento econômico de curto prazo.

H1b: Existe uma relação positiva e significativa entre os gastos com saúde e saneamento básico com o desenvolvimento econômico de curto prazo.

Da mesma forma, os gastos direcionados à educação podem impulsionar o crescimento econômico de maneira significativa. Pesquisas recentes (OBASUYI *et al.*, 2018; PATEL; ANNAPOORNA, 2019; SHAFUDA; DE, 2020) sugerem que o acúmulo de capital humano é capaz de promover o crescimento e avançar em questões como o bem-estar social. Shafuda e De (2020) argumentam que a educação fornece ao indivíduo um conjunto de conhecimentos, habilidades e competências, o que pode ser fundamental para impulsionar o progresso econômico e o desenvolvimento humano (BENOS; ZOTOU, 2014).

Estudos geralmente apontam para uma relação positiva entre gastos em educação e crescimento econômico, mas há exceções, como os estudos de Wang (2011) e Sousa *et al.* (2020), que encontraram resultados negativos. Sousa *et al.* (2020) explicaram a divergência considerando o efeito cumulativo dos investimentos em educação ao longo do tempo,

especialmente em carreiras de longo prazo. Contrariamente, Patel e Annapoorna (2019) destacaram resultados positivos na Índia, enquanto King e Ramlogan-Dobson (2015) observaram crescimento econômico significativo em países africanos após investimentos em educação. Obasuyi *et al.* (2018) também ressaltaram o potencial da educação na redução das desigualdades sociais em países africanos. Diante da importância da educação para a sociedade, propõe-se que:

H2a: Existe uma relação positiva e significativa entre os gastos com educação com o crescimento econômico de curto prazo.

H2b: Existe uma relação positiva e significativa entre os gastos com educação com o desenvolvimento econômico de curto prazo.

Estudos têm se concentrado no papel da infraestrutura no avanço do crescimento econômico (KUMAR, 2002; FEDDERKE *et al.*, 2006; SHI *et al.*, 2017; MAPARU & MAZUMDER, 2017; FLAVIN, 2019; SOUSA *et al.*, 2020). No entanto, os resultados são mistos em relação ao impacto da infraestrutura no crescimento e desenvolvimento econômico local. Por exemplo, Fedderke *et al.* (2006) evidenciaram que o investimento em estradas, transporte e habitação afeta positivamente o crescimento do PIB na África do Sul. Por outro lado, Shi *et al.* (2017) destacaram que na China essa hipótese não foi confirmada. No Brasil, no estudo de Sousa *et al.* (2020), especialmente nos municípios de Santa Catarina, também não foi confirmada esta relação entre infraestrutura e crescimento econômico no curto prazo.

Nesse sentido, argumenta-se que os gastos públicos em infraestrutura básica têm efeitos positivos no crescimento e desenvolvimento econômico. Estudos mostram que esses investimentos melhoram a qualidade de vida local (FLAVIN, 2019), impulsionam o desenvolvimento regional (KUMAR, 2002) e promovem o crescimento econômico sustentável (MAPARU; MAZUMDER, 2017). Líderes políticos reconhecem a importância de políticas que incentivem investimentos nessa área para impulsionar o desempenho econômico (EKEOCHA *et al.*, 2022). Gastos em urbanismo e habitação, como parte da infraestrutura básica, promovem uma transformação estrutural, contribuindo para o crescimento e desenvolvimento local. Diante desses fundamentos, apresentam-se as seguintes hipóteses de pesquisa:

H3a: Existe uma relação positiva e significativa entre os gastos com habitação e urbanismo com o crescimento econômico no curto prazo.

H3b: Existe uma relação positiva e significativa entre os gastos com habitação e urbanismo com o desenvolvimento econômico no curto prazo.

Por último, os gastos com assistência social têm um impacto negativo no crescimento econômico. Estudos, como o de Neduziak e Correia (2017), sugerem que esses gastos podem prejudicar o PIB, exercendo uma influência adversa sobre o crescimento de longo prazo. Outras pesquisas também respaldam essa visão (AGÉNOR, 2010; GEMMELL *et al.*, 2014), indicando um efeito negativo dessas despesas no crescimento. Acosta-Ormaechea e Morozumi (2013) e Afonso e Jalles (2014) destacaram uma relação negativa entre o crescimento do PIB e os gastos com assistência social. Assim, o aumento dessas despesas pode gerar uma carga mais significativa para os cofres públicos, resultando em pressão fiscal e impactos adversos na atividade econômica.

A literatura que aborda a relação entre gastos com assistência social e desenvolvimento econômico apresenta resultados mistos. Enquanto alguns estudos (BECHLIN *et al.*, 2022), apontam para um efeito neutro, trabalhos anteriores, como os de Rezende (2001) e Teixeira (2002), indicam uma tendência positiva. Essa perspectiva positiva é respaldada pela ideia de que os gastos sociais, incluindo assistência social, têm um caráter distributivo, contribuindo para o desenvolvimento econômico. Mesmo diante da visão de Avelino *et al.* (2013) e de outros estudos (NELSON, 2013; BALVOCIUTE, 2020), que sugerem um possível esgotamento do assistencialismo, há argumentos que corroboram a hipótese de um efeito positivo. Investimentos na qualificação da população, por exemplo, podem ser interpretados como uma forma eficaz de impulsionar o desenvolvimento municipal. Diante desses fundamentos, apresentam-se as seguintes hipóteses de pesquisa:

H4a: Existe uma relação negativa e significativa entre os gastos com assistência social com o crescimento econômico de curto prazo.

H4b: Existe uma relação positiva e significativa entre os gastos com assistência social com o desenvolvimento econômico de curto prazo.

Em síntese, os estudos revelam resultados divergentes acerca do impacto de cada tipo de gasto no crescimento econômico a curto e longo prazo. Este estudo concentra-se na dinâmica de curto prazo, e a sugestão de uma influência negativa dessas despesas sobre o crescimento econômico imediato levanta a possibilidade de que tais investimentos possam desencadear efeitos positivos a longo prazo (SOUSA *et al.* 2020).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 Amostra e coleta de dados

O conjunto de dados abrange variáveis fiscais e demográficas dos municípios da região Sul, no período de 2005 a 2016. Inicia-se em 2006 devido aos dados disponíveis no Finanças do Brasil (FINBRA), que fornece informações sobre a despesa corrente total e por função. O encerramento em 2016 é determinado pela disponibilidade de dados do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM). A escolha do IFDM se justifica pela capacidade de capturar o desempenho dos municípios brasileiros, sendo uma fonte recente, já que o Censo de 2022 ainda está em processo de divulgação.

Para conduzir a pesquisa, utilizou-se de dados sobre o desenvolvimento socioeconômico do IFDM, além de variáveis demográficas e econômicas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O IFDM monitora anualmente o progresso dos municípios brasileiros em três áreas fundamentais: i) Emprego & Renda; ii) Educação; e iii) Saúde, oferecendo um índice global de desenvolvimento municipal. Este índice, que varia de 0 a 1, é calculado com base em estatísticas públicas oficiais dos Ministérios do Trabalho, Educação e Saúde, em que os valores mais próximos de 1 indicam um melhor desenvolvimento municipal (Sistema FIRJAN, 2018). As informações demográficas e econômicas, relacionadas à população e ao PIB, foram retiradas do site do IBGE.

A população do estudo consistiu em 1.187 municípios, totalizando 14.292 observações de 2005 a 2016. Contudo, para garantir uma amostra robusta e representativa, as observações com dados faltantes foram excluídas, resultando em uma amostra final de 13.342 observações de 1.184 municípios brasileiros. A técnica de winsorização a 1% foi escolhida em vez da remoção de valores extremos, considerando as características específicas dos municípios brasileiros, especialmente na região Sul, onde predominam municípios de pequeno e médio porte. Essa abordagem visa evitar a exclusão de outliers, assegurando uma análise mais abrangente e representativa do cenário municipal da Região Sul em termos de diversidade de tamanho e características econômicas (INOUE, 2020).

3.2 Variáveis, modelo econométrico e análise de dados

As variáveis dependentes do estudo são o crescimento econômico (medido pela variação do PIB de corrente sobre o ano anterior) e o IFDM, que reflete o desenvolvimento

econômico dos municípios. As variáveis independentes incluem gastos públicos em saúde, saneamento básico, educação, habitação, urbanismo e assistência social. As variáveis de controle relacionadas ao PIB e ao desenvolvimento municipal, conforme indicado em estudos anteriores, também foram incluídas. Detalhes sobre as variáveis estão contidos na Tabela 1.

Tabela 1 – Variáveis da pesquisa

Variáveis dependentes			
Variável	Descrição	Operacionalização	Base teórica
Variação do produto interno bruto (VARPIB)	Captura a variação do PIB do período e mensura o crescimento econômico dos municípios	(Produto Interno Bruto Municipal_it / Produto Interno Bruto Municipal_it-1) -1	Neduziak e Correia (2017); Obasuyi et al. (2018); Sousa et al. (2020).
Índice Firjan de desenvolvimento municipal (IFDM)	Captura o nível de desenvolvimento econômico dos municípios	Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal	Avelino et al. (2013); Sousa et al. (2020).
Variáveis independentes			
Variáveis de interesse			
Variável	Descrição	Operacionalização	Base teórica
Despesa com saúde e saneamento básico (Saude&San)	Demonstra a proporção da despesa corrente do município paga com saúde	Despesa com saúde e saneamento básico paga no exercício/Despesa Corrente Total paga no exercício	Zaidi e Saidi (2018); Sousa et al. (2020).
Despesa com educação (Educ)	Mostra a proporção da despesa corrente do município paga com educação	Despesa com educação paga no exercício/Despesa Corrente Total paga no exercício	Patel e Annapoorna (2019); Sousa et al. (2020).
Despesa com Urbanismo e Habitação (Urb&Habit)	Apresenta a proporção da despesa corrente do município paga com urbanismo e habitação	Despesa com urbanismo e habitação paga no exercício/ Despesa Corrente Total paga no exercício	Neduziak e Correia (2017); Flavin (2019); Sousa et al. (2020).
Assistência Social (A.S)	Apresenta a proporção da despesa corrente do município paga com assistência social	Despesa com assistência social paga no exercício/ Despesa Corrente Total paga no exercício	Afonso e Jalles (2014); Neduziak e Correia (2017); Balvociute, 2020.
Variáveis de controle			
Variável	Descrição	Operacionalização	Base teórica
Despesa Corrente Total (Dctotal)	Demonstra a proporção das despesas correntes do PIB do município	Despesa Corrente Total paga no exercício/Produto Interno Bruto Municipal do exercício	Neduziak e Correia (2017); Sousa et al. (2020).
Número de Habitantes (Pop)	Apresenta o número de habitantes do município	Logaritmo Natural do Número de Habitantes no final do exercício	Asimakopoulou e Karavias (2016); Sousa et al. (2020).

Fonte: Elaborado pelos autores.

Para se analisar a influência dos gastos públicos no crescimento e desenvolvimento econômico nos municípios da região Sul do Brasil, desenvolveu-se os modelos 1 e 2.

$$VARPIB_{it} = \beta_0 + \beta_1 Saude\&San_{it} + \beta_2 Educ_{it} + \beta_3 Urb\&Habit_{it} + \beta_4 A.S_{it} + \beta_5 Dctotal_{it} + \beta_6 Pop_{it} + \epsilon_{it} \quad (1)$$

$$IFDM_{it} = \beta_0 + \beta_1 Saude\&San_{it} + \beta_2 Educ_{it} + \beta_3 Urb\&Habit_{it} + \beta_4 A.S_{it} + \beta_5 Dctotal_{it} + \beta_6 Pop_{it} + \epsilon_{it} \quad (2)$$

Em que: $VARPIB_{it}$ = Variação do Produto Interno Bruto do município i no período t ; $IFDM_{it}$ = Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal do município i no período t ; $Saude\&San_{it}$ = despesa com Saúde e Saneamento Básico do município i no período t ; $Educ_{it}$ = despesa com Educação do município i no período t ; $Urb\&Habit_{it}$ = despesa com Urbanismo e Habitação do município i no período t ; $A.S_{it}$ = despesa com Assistência Social do município i no período t ; $Dctotal_{it}$ = despesa Corrente Total do município i no período t ; Pop_{it} = número de Habitantes do município i no período t .

Os modelos são utilizados para testar as hipóteses apresentadas. A análise foi conduzida usando a técnica estatística de regressão com dados em painel. Identificou-se as estimativas de dados em painel apropriadas para cada modelo, incluindo o modelo pooled, efeitos fixos e efeitos aleatórios (FÁVERO; BELFIORE, 2017). Em seguida, realizou-se uma verificação dos pressupostos da análise de regressão multivariada para garantir a ausência de viés no modelo. Foram aplicados testes estatísticos, como o teste de Breusch-Pagan para detectar heterocedasticidade, o teste de Wooldridge para verificar a autocorrelação serial em primeira ordem, e os *Variance Inflation Factors* (VIF) para diagnosticar a multicolinearidade. Essa análise criteriosa dos pressupostos contribuiu para assegurar a confiabilidade e validade dos resultados obtidos na regressão multivariada com dados em painel. Os dados foram tratados em planilha eletrônica e, posteriormente, em software *Stata*® 17.0.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na Tabela 2 são apresentadas as estatísticas descritivas das variáveis da pesquisa com o propósito de entender a distribuição dos dados.

Tabela 2 – Estatística Descritiva

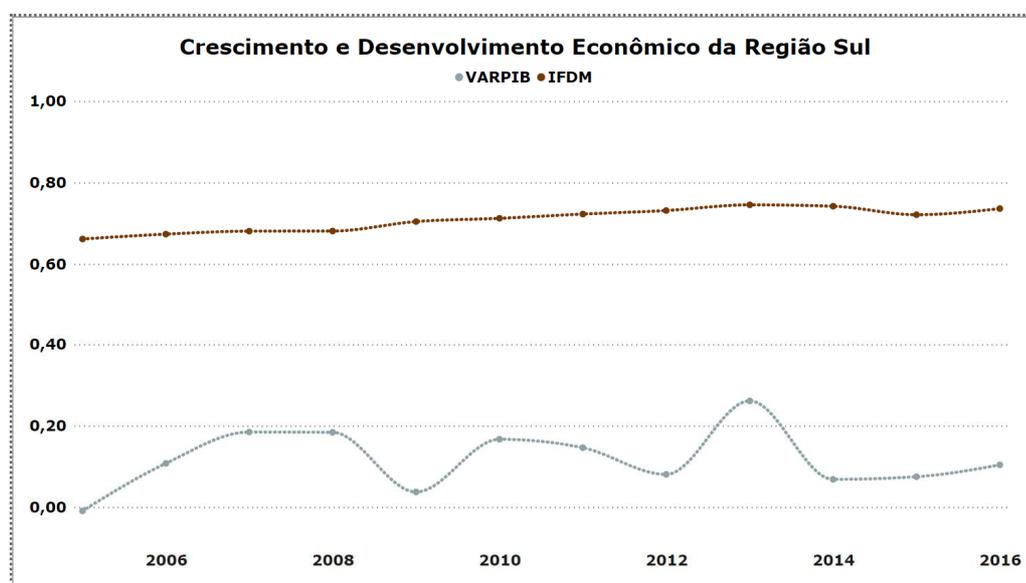
Variáveis	Média	Desvio-padrão			Mínimo	Máximo	Obs.
		O	B	W			
VARPIB	0,1167	0,1462	0,0344	0,1433	-0,2740	0,6330	13.342
IFDM	0,7100	0,0740	0,0623	0,0400	0,5278	0,8654	13.342
Saude&San	0,2645	0,0517	0,0410	0,0311	0,1389	0,4272	13.342
Educ	0,2879	0,0585	0,0489	0,0326	0,1614	0,4527	13.342
Urb&Habit	0,0890	0,0654	0,0517	0,0408	0,0007	0,3056	13.342
A.S	0,0418	0,0196	0,0164	0,0109	0,0061	0,1017	13.342
Dctotal	114,21	55,006	52,855	17,445	34,739	283,16	13.342
Pop	9,1376	1,1332	1,1274	0,0535	7,4025	12,6280	13.342

Notas. O: Overall; B: Between; W: Within; Obs.: Observações.

Fonte: Elaborado pelos autores.

A análise estatística descritiva dos municípios da região Sul do Brasil revelou um cenário positivo tanto em relação ao crescimento econômico quanto ao desenvolvimento municipal. O crescimento econômico, medido pelo VARPIB, apresentou uma média de 0,12 e um desvio padrão de $\pm 0,15$, indicando, em média, um crescimento favorável dos municípios durante o período analisado. Quanto ao IFDM, a média foi de 0,71, com desvio-padrão de $\pm 0,07$, sugerindo que, em média, os municípios atingiram um patamar satisfatório em termos de desenvolvimento. No entanto, é importante examinar como esses municípios se comportaram ao longo do tempo em termos de crescimento e desenvolvimento econômico, conforme ilustrado na Figura 1.

Figura 1 – Comportamento da taxa de crescimento do PIB da Região Sul ao longo do tempo



Fonte: Elaborado pelos autores.

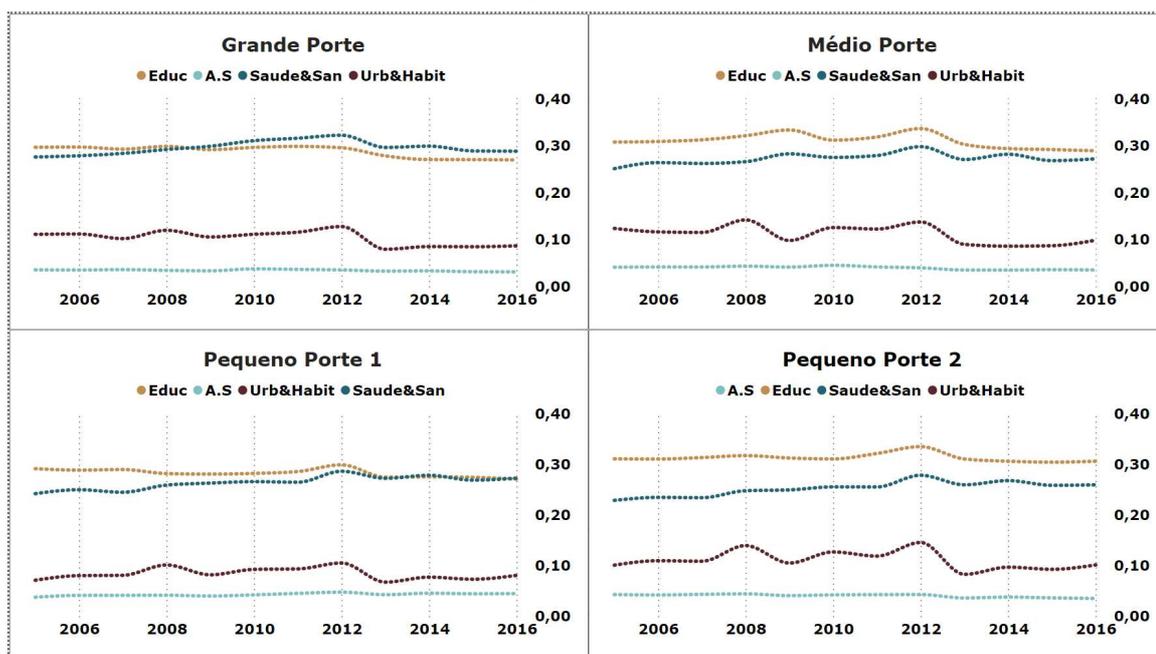
Ao longo do período analisado, a VARPIB revela crescimento médio nos municípios da região Sul, com notáveis recessões a partir de 2009, 2012 e, especialmente, 2014. Em contraste, o IFDM indica, em média, um nível elevado de desenvolvimento municipal, considerando scores acima de 0,70 pelo Sistema FIRJAN (2018). Observa-se um aumento geral pós-2008, embora com oscilação em 2015 e 2016. Este padrão sugere que, em termos de crescimento econômico, os municípios experimentaram maior variabilidade, com períodos de ascensão e declínio, enquanto o desenvolvimento municipal seguiu uma trajetória crescente e constante.

Os resultados podem ser compreendidos à luz da recessão econômica enfrentada pelo país, que também impactou a região Sul. O período de 2011 a 2015 foi marcado por eventos e

decisões, como políticas anticíclicas e contracionistas, além do aumento da incerteza política intensificado pelo início do processo de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff (Paula & Pires, 2017). Esses efeitos se refletem no desenvolvimento econômico dos municípios, como indicado por Sousa *et al.* (2018). Durante as crises econômicas, há uma redução nas atividades operacionais das empresas, resultando em menor lucratividade, o que sugere uma diminuição na contratação (geração de empregos) e no consumo da população, contribuindo para a redução do desenvolvimento municipal (SOUSA *et al.*, 2018).

Os resultados da análise das despesas nos municípios da região Sul do Brasil mostram padrões distintos. Ao considerar as despesas com saúde e saneamento (Saude&San), a média foi de 0,26 ($\pm 0,05$). Já as despesas com educação (Educ); urbanismo e habitação (Urb&Habit); e assistência social (A.S) apresentaram médias e desvios-padrão diferentes: 0,29 ($\pm 0,06$); 0,09 ($\pm 0,07$); e 0,04 ($\pm 0,02$), respectivamente. A análise das despesas correntes totais revelou média e desvio-padrão de 110,08 ($\pm 51,73$), indicando variação na proporção dessas despesas em relação ao PIB dos municípios ao longo do tempo. Ao segmentar a amostra de acordo com os diferentes portes dos municípios, observam-se variações nos padrões de gastos públicos. Os municípios de PP1, PP2, MP e GP apresentam diferenças significativas nos padrões de despesas públicas. A Figura 2 ilustra o comportamento dessas despesas ao longo do tempo para cada porte.

Figura 2 – Variação nas despesas por função conforme o tamanho dos municípios ao longo do tempo



Fonte: Elaborado pelos autores.

Em geral, todos os municípios priorizaram a alocação de gastos públicos em Educ e Saude&San, uma escolha que pode ser justificada pela cobertura institucional garantida pela Constituição Brasileira a esses serviços para a população. Ao longo do tempo, as despesas por função, considerando o porte municipal, mostraram um padrão semelhante ao crescimento do PIB. Todas as funções analisadas na pesquisa registraram, em média, uma redução na composição das despesas correntes dos municípios estudados. É relevante notar que essa redução foi mais significativa nas despesas relacionadas a Urb&Habit em todos os portes municipais. Essa diminuição pode ser atribuída à retração econômica, sendo as despesas com Educ e Saude&San mais sensíveis, o que poderia resultar em uma perda de legitimidade para os incumbentes locais.

4. Análise inferencial

Com o propósito de testar as hipóteses de pesquisa, os dados foram submetidos a uma análise de regressão multivariada. Antes dessa análise, procedeu-se à avaliação dos dados utilizando o teste de correlação de *Spearman*. Os resultados obtidos por meio desse teste revelam que as variáveis VARPIB e IFDM estão significativamente correlacionadas com as variáveis independentes de interesse, que correspondem às despesas por função, ou seja, Saude&San, Educ, Urb&Habit e A.S. Essas evidências fornecem indícios de que a alocação das despesas correntes do município pode exercer um impacto sobre o crescimento e desenvolvimento econômico. Na Tabela 3 são apresentados os resultados desse teste.

Tabela 3 – Correlação de Spearman

Variáveis	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)
(1) VARPIB	1.000							
(2) IFDM	0,070*	1.000						
(3) Saude&San	0.005	0.158*	1.000					
(4) Educ	-0.001	-0,092*	-0.144*	1.000				
(5) Urb&Habit	0.003	0.186*	0.101*	0.064*	1.000			
(6) A.S	0.007	-0.066*	0.097*	-0.054*	0.203*	1.000		
(7) Dctotal	-0.105*	-0.432*	-0.025*	-0.210*	-0.197*	0.063*	1.000	
(8) Pop	0.003	0.279*	-0.008	0.372*	0.245*	-0.057*	-0.690*	1.000

Notas: * indica significância no nível de 1 por cento.

Fonte: Elaborado pelos autores.

O teste de *Spearman* desempenha um papel na investigação de indícios de multicolinearidade entre as variáveis independentes. As correlações calculadas entre as variáveis independentes revelaram coeficientes inferiores a 0,70. Como medida complementar para averiguar a presença de multicolinearidade nos modelos de regressão, as variáveis

independentes foram submetidas ao teste VIF. Os resultados desse teste indicaram que todas as variáveis independentes possuem valores de VIF inferiores a 5, o que está de acordo com a sugestão apresentada por Fávero e Belfiore (2017), indicando que não há evidências de multicolinearidade entre as variáveis.

Além disso, foi utilizado um modelo de dados em painel de efeitos fixos para testar as hipóteses de pesquisa. Essa decisão foi apoiada pelo teste de Chow (0,000***) (*pooled* versus efeitos fixos), teste de Breusch-Pagan LM (0,000***) (*pooled* versus efeitos aleatórios) e teste de Hausman robusto (0,000***) (efeitos fixos versus efeitos aleatórios) (Fávero & Belfiore, 2017). Além disso, aplicou-se o teste de Breusch-Pagan e Wooldridge, sendo que, quando os resultados desses testes indicaram a presença de heterocedasticidade dos resíduos e/ou autocorrelação serial de primeira ordem, os modelos de regressão multivariados foram estimados por meio do método de clusterização nos indivíduos. Nesse sentido, nas Tabelas 4 e 5 são apresentados os resultados das análises multivariadas com o objetivo de testar as hipóteses de pesquisa.

Tabela 4 - Modelos multivariados VARPIB

Modelos	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
Habitantes	Todos os municípios	Até 20.000 PP1	20.001 até 50.000 PP2	50.0001 até 100.000 MP	Mais de 100.000 GP
Saude&San	-0.0846** (0.0367)	-0.0997** (0.0448)	-0.1145 (0.0933)	-0.1119 (0.0907)	0.0013 (0.1429)
Educ	-0.0798** (0.0407)	-0.0395 (0.0460)	-0.3418*** (0.1061)	-0.3293*** (0.1300)	-0.2335* (0.1306)
Urb&Habit	-0.0800*** (0.0263)	-0.0880*** (0.0313)	-0.0375 (0.0672)	-0.0596 (0.0737)	-0.1715 (0.1060)
A.S	-0.1752* (0.1024)	-0.1734 (0.1159)	0.0559 (0.3100)	-0.5884 (0.3471)	-0.0037 (0.4976)
Dctotal	-0.0031*** (0.0001)	-0.0030*** (0.0001)	-0.0038*** (0.0006)	-0.0032*** (0.0004)	-0.0045*** (0.0007)
Pop	-0.0396* (0.0222)	-0.0468* (0.0253)	-0.0651 (0.0764)	-0.1791** (0.0859)	-0.1684 (0.1604)
Constante	0.7755*** (0.2028)	0.8269*** (0.2202)	1.1211 (0.7725)	2.3914** (0.9477)	2.4597 (1.9472)
Ano	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Observações	13.342	10.365	1.762	642	573
Municípios	1.184	956	175	65	53
R ² overall	0,0974	0,1235	0,0544	0,0738	0,064
R ² within	0,3547	0,3836	0,2574	0,3485	0,3036
R ² between	0,0001	0,0022	0,0158	0,1218	0,0314
Teste Wald	202,26***	190,97***	21,12***	17,62***	17,95***
Chow	2,32***	2,20***	2,19***	2,12***	2,05***
LM. BP	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Hausman	1902,15***	1491,81***	187,46***	56,71***	87,19***
VIF (máximo)	1,75	1,88	1,06	1,20	1,59
VIF (mínimo)	1,05	1,03	1,04	1,09	1,08

Breusch-Pagan	454,14***	395,92***	99,01***	1,77	0,91
Wooldridge	198,09***	195,10***	11,09***	0,485	7,19***

Notas: BP: teste LM de Breusch-Pagan. As colunas (1) relatam resultados dos todos os municípios da região Sul da amostra final, enquanto as colunas (2), (3), (4) e (5) relatam resultados dos municípios de população com até 20.000, 20.001 até 50.000, 50.0001 até 100.000 e com mais de 100.000 habitantes, respectivamente. Em todos os modelos foram utilizados a estimativa de Efeitos Fixos. Erros padrão estão relatados entre parênteses. As estatísticas t de todos os modelos são baseadas em erros padrão robustos para heteroscedasticidade, agrupados por empresas, exceto o modelo (4). *, ** e *** indicam significância nos níveis de 10, 5 e 1 por cento, respectivamente.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Os resultados obtidos por meio do modelo (1) destacam a influência significativa das variáveis de interesse da pesquisa em relação a VARPIB. Despesas com saúde e saneamento (Saude&San) (Coef.: -0,0846; valor-p <0,05); educação (Educ) (Coef.: -0,0798; valor-p <0,000); urbanismo e habitação (Urb&Habit) (Coef.: -0,0800; valor-p <0,000); e assistência social (A.S) (Coef.: -0,1752; valor-p <0,10) apresentaram uma relação negativa com o crescimento econômico de curto prazo. A indicação de uma influência desfavorável dessas despesas sobre o crescimento econômico de curto prazo sugere a possibilidade de que esses investimentos possam ter uma influência positiva a longo prazo (SOUSA *et al.* 2020).

Entretanto, ao examinar os municípios em diferentes dimensões, os modelos (2), (3), (4) e (5), observa-se que as relações entre as variáveis se manifestam de maneira distinta, dependendo do tamanho populacional de cada localidade. Inicialmente, destaca-se que apenas os gastos destinados à Saude&San (Coef.: -0,0997; valor-p <0,05) e Urb&Habit (Coef.: -0,0880; valor-p <0,000) revelaram significância nos municípios de Pequeno Porte 1 (PP1). Em contraste, tais despesas não demonstraram relevância estatística em todos os outros portes municipais. Por outro lado, as despesas com Educ apresentaram significância em todos os outros portes, como Pequeno Porte 2 (PP2) (Coef.: -0,3418; valor-p <0,000); Médio Porte (MP) (Coef.: -0,3293; valor-p <0,000); e Grande Porte (GP) (Coef.: -0,2335; valor-p <0,10), a níveis de 1%, 1% e 10%, respectivamente. No que diz respeito às despesas com A.S, não foi identificada nenhuma relação estatisticamente significativa com o VARPIB, independentemente do porte dos municípios.

Em relação às variáveis de controle nos modelos, Dctotal e Pop, evidenciam uma relação negativa com o crescimento de curto prazo. Ou seja, o aumento da despesa corrente total e da população parece estar associado a uma diminuição do PIB municipal em curto prazo. Esses resultados indicam que o incremento nas despesas e no tamanho populacional exerce uma pressão negativa sobre o desenvolvimento econômico imediato dos municípios.

Os resultados destacam diferenças significativas entre os portes municipais, refletindo a influência da saúde econômica local nas prioridades de gastos. Municípios menores

concentram investimentos em áreas críticas, dada a limitação de recursos, enquanto municípios maiores possuem uma base mais diversificada. A possível relação negativa entre os gastos com Educação e o crescimento econômico em cidades maiores pode ser explicada pela dinâmica específica, enfrentando desigualdades socioeconômicas mais acentuadas. Se os investimentos em Educação não são direcionados efetivamente para regiões carentes, surgem disparidades educacionais que impactam adversamente o crescimento econômico. Na Tabela 5, apresentamos os resultados das análises multivariadas que visaram testar as hipóteses relacionadas ao IFDM.

Tabela 5 - Modelos multivariados IFDM

Modelos	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)
Habitantes	Todos os municípios	Até 20.000	20.001 até 50.000	50.0001 até 100.000	Mais de 100.000
		PP1	PP2	MP	GP
Saude&San	0.0062 (0.0131)	-0.0033 (0.0158)	0.0335 (0.0355)	-0.0157 (0.0311)	-0.0129 (0.0316)
Educ	0.0090 (0.0112)	0.0041 (0.0125)	-0.0014 (0.0330)	-0.0174 (0.0493)	0.0681 (0.0613)
Urb&Habit	-0.0039 (0.0086)	-0.0076 (0.0100)	-0.0110 (0.0210)	0.0230 (0.0449)	0.0184 (0.0237)
A.S	0.0772** (0.0371)	0.0795* (0.0423)	0.1149 (0.1020)	-0.0325 (0.1017)	-0.0726 (0.1389)
Dctotal	-0.0001*** (0.0000)	-0.0001*** (0.0000)	-0.0003*** (0.0001)	-0.0004** (0.0002)	-0.0001 (0.0002)
Pop	-0.0737*** (0.0098)	-0.0688*** (0.0107)	-0.0971*** (0.0298)	-0.1285*** (0.0424)	-0.0933* (0.0511)
Constante	1.3409*** (0.0898)	1.2527*** (0.0925)	1.7012*** (0.3049)	2.1801*** (0.4654)	1.8594*** (0.6160)
Ano	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Observações Municípios	13.342 1.184	10.365 956	1.762 175	642 65	573 53
R ² overall	0,0302	0,0322	0,1193	0,0795	0,0286
R ² within	0,4597	0,4391	0,555	0,6856	0,6238
R ² between	0,1241	0,0015	0,0354	0,0015	0,0001
Teste Wald	242,36***	175,43***	51,22***	41,81***	34,25***
Chow	32,45***	27,24***	38,29***	55,06***	48,50***
LM. BP	831,05***	16491,66** *	3350,75***	1200,46***	831,05***
Hausman	38,96***	242,54***	90,87***	24,49***	38,96***
VIF (máximo)	1,75	1,88	1,06	1,20	1,59
VIF (mínimo)	1,05	1,03	1,01	1,09	1,08
Breusch-Pagan	51,09***	13,13***	7,59***	7,10***	11,19***
Wooldridge	804,10***	619,70***	131,28***	32,49***	41,17***

Fonte: Elaborado pelos autores.

Os resultados do Modelo 6 destacam a influência significativa das despesas com A.S (Coef.: 0.0772; valor-p <0,05) no desenvolvimento municipal na região Sul, indicando uma

relação positiva para todos os municípios nesse modelo. No entanto, essa associação é específica para os municípios de PP1 nos Modelos 7, 8, 9 e 10. As demais variáveis de interesse não apresentaram relações significativas com o desenvolvimento econômico na região Sul. Ao considerar as variáveis de controle Dctotal e Pop, nota-se uma relação negativa em ambas, indicando um efeito redutor em curto prazo para o desenvolvimento, especialmente para municípios com menos de 100 mil habitantes, enquanto esse efeito é neutro para os municípios com mais de 100 mil habitantes.

Na análise das relações entre gastos públicos e crescimento econômico, as hipóteses H1a, H2a e H3a são rejeitadas, enquanto a hipótese H4a não é rejeitada. Em contrapartida, ao examinar a relação entre gastos públicos e desenvolvimento, as hipóteses H1b, H2b e H3b são rejeitadas, não havendo evidências para rejeitar a hipótese H4b. Em resumo, os resultados indicam que a interação entre gastos públicos, crescimento e desenvolvimento econômico varia conforme o tamanho populacional. Portanto, parece crucial considerar as características específicas de cada porte, como infraestrutura, capacidade de arrecadação, localização, entre outros, ao interpretar esses resultados.

4.2 Discussão dos resultados

Ao contrário de estudos anteriores (BARRO, 2013; FACCHINI; SEGHEZZA, 2018; ZAIDI; SAIDI, 2018) que destacaram uma associação positiva entre gastos públicos com Saude&San, Educ e Urb&Habit, os resultados desta pesquisa revelaram uma influência negativa em relação ao VARPIB, indicando que esses recursos contribuem para a diminuição do PIB municipal a curto prazo. No que diz respeito à Saude&San, os resultados divergem dos achados de Barro (2013) que abrangeu diversos países latino-americanos, africanos e asiáticos; de Facchini e Seghezza (2018) que analisaram municípios franceses; e de Zaidi e Saidi (2018) que estudaram as nações africanas, mas corroboram com o estudo de Sousa et al. (2020), realizado em municípios de Santa Catarina. Conforme Sousa *et al.* (2020) argumentam, essa discrepância pode ser atribuída à influência de longo prazo desses gastos públicos, que pode não se manifestar imediatamente no exercício fiscal atual, mas ter efeitos substanciais em períodos futuros. Os autores ainda argumentam que esses efeitos podem transcender as fronteiras do estado de Santa Catarina e estender por toda a região Sul (SOUSA *et al.*, 2020).

No que concerne à Educ, os resultados deste estudo corroboram com as conclusões de Wang (2011) e Sousa *et al.* (2020), contrastando, no entanto, com pesquisas como as de King

e Ramlogan-Dobson (2015), Obasuyi *et al.* (2018) e Patel e Annapoorna (2019). Dada a natureza de longo prazo da formação individual, os benefícios educacionais tendem a manifestar-se em períodos futuros (SOUSA *et al.*, 2020), o que pode não se refletir no crescimento a curto prazo.

Os resultados das despesas com Urb&Habit divergem de estudos anteriores, como Kodongo e Ojah (2016) e Neduziak e Correia (2017), que apontaram uma associação positiva desses gastos com a VARPIB. No entanto, pesquisas como as de Maparu e Mazumder (2017) e Ekeocha *et al.* (2022) indicam que a má gestão municipal, especialmente na infraestrutura, como estradas, pode não resultar em benefícios produtivos efetivos. Shi *et al.* (2017) alertam para o risco de investimentos em rodovias não alinhadas com o setor privado, podendo prejudicar a produção local. A falta de estudo prévio da localidade antes de implementar melhorias pode resultar em uma política de desperdício, ignorando necessidades primárias do município.

Os resultados dos modelos gerais, em relação às despesas com A.S, confirmam as tendências observadas em estudos anteriores sobre o tema. No modelo (1), o aumento dessas despesas pode impactar negativamente os cofres públicos, alinhando-se a pesquisas de Acosta-Ormaechea e Morozumi (2013), Afonso e Jalles (2014) e Neduziak e Correia (2017), podendo afetar o crescimento a curto prazo. Por outro lado, os resultados do modelo (6) apontaram para uma associação positiva, alinhando-se a sugestões de estudos anteriores (REZENDE, 2001; TEIXEIRA, 2002), sugerindo que o aumento dessas despesas está relacionado a um desenvolvimento municipal, o que contrasta com resultados de outras pesquisas (AVELINO *et al.*, 2013; NELSON, 2013; BALVOCIUTE, 2020), que sugerem um possível esgotamento do assistencialismo. Nota-se que esse efeito é presente nos municípios de pequeno porte 1, indicando que pode haver um melhor aproveitamento per capita desses gastos nesse contexto específico.

Esses resultados podem ser interpretados pelo fato de que os elevados gastos em A.S podem apontar para a necessidade imediata de redistribuição de recursos, potencialmente restringindo investimentos em setores de crescimento econômico. Adicionalmente, os efeitos de curto prazo na redução da pobreza podem não resultar em contribuições expressivas para o crescimento a longo prazo. Em contrapartida, a redução das disparidades socioeconômicas e a promoção de uma distribuição mais equitativa de recursos e oportunidades podem criar um ambiente propício ao desenvolvimento a longo prazo, dependendo do contexto específico, das políticas implementadas e das características socioeconômicas da região analisada.

Em resumo, embora a Região Sul, em especial o Rio Grande do Sul, tenha sido pioneira na participação cidadã no orçamento público, não se observou contribuição para o crescimento econômico a curto prazo. Essa participação, positivamente associada ao desenvolvimento municipal, destaca-se na perspectiva da assistência social, especialmente em municípios menores. Os resultados indicam que outras regiões podem se beneficiar ao adotar práticas que fomentem maior participação da população.

5 CONCLUSÕES

Este estudo buscou analisar a influência dos gastos públicos no crescimento e desenvolvimento econômico dos municípios da região Sul do Brasil. Os resultados revelam impactos negativos dos gastos com saúde, saneamento básico, educação, urbanismo, habitação e assistência social no crescimento econômico, entretanto essa relação varia conforme o tamanho populacional dos municípios. A influência é mais pronunciada em municípios com até 20 mil habitantes, exceto para gastos com educação, cujo efeito é mais evidente em municípios com mais de 20 mil habitantes. No que tange ao desenvolvimento econômico, apenas os gastos com assistência social mostraram relevância, apresentando efeitos positivos nos municípios com até 20 mil habitantes.

Os resultados deste estudo fornecem contribuições significativas para o campo teórico, alinhando-se com pesquisas anteriores como Ogundari e Abdulai (2014), King e Ramlogan-Dobson (2015), Maparu e Mazumder (2017), Obasuyi *et al.* (2018), Patel e Annapoorna, (2019), Balvociute (2020), Shafuda e De (2020) e Ekeocha *et al.* (2022), que também exploraram a influência da alocação de gastos públicos no crescimento e desenvolvimento econômico. No entanto, o diferencial deste estudo é sua abordagem específica para a região Sul do Brasil, fornecendo evidências sobre como os gastos públicos afetam o crescimento e desenvolvimento econômico nessa região específica, que se destaca pela participação ativa dos cidadãos em termos de orçamento participativo. Dessa forma, o estudo complementa as discussões já presentes em pesquisas como Bogoni *et al.* (2011), Avelino *et al.* (2013), Neduziak e Correia (2017) e Sousa *et al.* (2020), que também se concentraram em investigar os reflexos da alocação de recursos públicos no crescimento econômico e desenvolvimento dos municípios.

Em termos de resultados, este estudo preenche uma lacuna deixada pelas pesquisas anteriores ao abordar de forma abrangente o crescimento e o desenvolvimento econômico dos municípios da região Sul, e como esses aspectos são afetados pelas despesas públicas.

Enquanto estudos como Bogoni *et al.* (2011) e Sousa *et al.* (2020) se concentraram na análise dos reflexos da alocação de gastos públicos em partes específicas da região Sul, o presente estudo examinou a relação entre os gastos públicos e o crescimento econômico em toda a região. Essa abordagem mais ampla permite uma análise mais completa dos fatores que influenciam o desenvolvimento econômico na região, tornando o trabalho relevante para futuras investigações no contexto nacional. Além disso, avança-se em evidenciar questões como o porte do município e como estes possuem necessidades específicas em termos de orçamento público.

Vale ressaltar que esses resultados têm implicações significativas no âmbito prático e social, pois podem fornecer embasamento para discussões e decisões políticas, econômicas e sociais. Além disso, servem como base para que a população exerça maior pressão em seus governantes, incentivando-os a implementar políticas que beneficiem a sociedade a longo prazo, com reflexos positivos no desenvolvimento econômico dos municípios da região Sul.

5.1 Limitações e sugestões para estudos futuros

Este estudo possui limitações importantes. A amostra não é probabilística, o que impede generalizações para outros estados e países devido às variações nas características e diversificação econômica regionais. A pesquisa não abordou funções adicionais das despesas públicas, como a gestão ambiental, que pode ser relevante para o desenvolvimento econômico. Recomenda-se que pesquisas futuras explorem essas despesas em conjunto com as analisadas neste estudo, ampliando a análise para incluir outras regiões. Isso permitiria uma compreensão mais abrangente dos fatores que impactam o desenvolvimento econômico municipal no Brasil, contribuindo para a formulação de políticas mais informadas e eficazes.

REFERÊNCIAS

ACOSTA-ORMAECHEA, M. S; MOROZUMI, A. (2013). Can a Government Enhance Long-Run Growth by Changing the Composition of Public Expenditure? *International Monetary Fund Working Paper*, No. WP/13/162.

AFONSO, A; JALLES, J. T. (2014). Fiscal composition and long-term growth. *Applied Economics*, 46(3), 349-358. <https://doi.org/10.1080/00036846.2013.848030>

AGÉNOR, P. R. (2010). A theory of infrastructure-led development. *Journal of Economic Dynamics and Control*, 34(5), 932-950. <https://doi.org/10.1016/j.jedc.2010.01.009>

AGUM, R., RISCADO, P; MENEZES, M. (2015). Políticas públicas: conceitos e análise em **revisão. Agenda política**, 3(2), 12-42. <https://doi.org/10.31990/10.31990/agenda.ano.volume.numero>

ASCHAUER, D. A. (1989). Is public expenditure productive. **Journal of monetary economics**, 23(2), 177-200. [https://doi.org/10.1016/0304-3932\(89\)90047-0](https://doi.org/10.1016/0304-3932(89)90047-0)

ASIMAKOPOULOS, S; KARAVIAS, Y. (2016). The impact of government size on economic growth: A threshold analysis. **Economics Letters**, 139, 65-68. <https://doi.org/10.1016/j.econlet.2015.12.010>

AUGSBURG, B; RODRÍGUEZ-LESMESES, P. A. (2018). Sanitation and child health in India. **World Development**, 107, 22-39. <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2018.02.005>

AVELINO, B. C., BRESSAN, V. G. F; DA CUNHA, J. V. A. (2013). Estudo sobre os fatores contábeis que influenciam o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) nas capitais brasileiras. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)**, 7(3). <https://doi.org/10.17524/repec.v7i3.993>

AVRITZER, L. (2012). The different designs of public participation in Brazil: deliberation, powersharing and public ratification. **Critical Policy Studies**, 6(2), 113–127. <https://doi.org/10.1080/19460171.2012.689732>

BAIOCCHI, G; GANUZA, E. (2014). Participatory budgeting as if emancipation mattered. **Politics & Society**, 42(1), 29–50. <https://doi.org/10.1177/0032329213512978>

BALVOCIUTE, R. (2020). Social assistance for poverty reduction in the EU Countries: An aspect of socio-economic sustainability. **European Journal of Sustainable Development**, 9(1), 469-469. <https://doi.org/10.14207/ejsd.2020.v9n1p469>

BARRO, R. J. (1990). Government spending in a simple model of endogeneous growth. **Journal of political economy**, 98(5, Part 2), S103-S125. <https://doi.org/10.1086/261726>

BARRO, R. J. (2013). Health and economic growth. **Annals of economics and finance**, 14(2), 329-366.

BEHRENDT, C. (2000). Do means-tested benefits alleviate poverty: Evidence on Germany, Sweden and the United Kingdom from the Luxembourg Income Study. **Journal of European Social Policy**, 10(1), 23-41. <https://doi.org/10.1177/a011398>

BENOS, N; ZOTOU, S. (2014). Education and economic growth: A meta-regression analysis. **World Development**, 64, 669-689. <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2014.06.034>

BLOOM, D. E; CANNING, D. (2000). The health and wealth of nations. **Science**, 287(5456), 1207-1209. <https://doi.org/10.1126/science.287.5456.1207>

BOGONI, N. M., NELSON, H; BEUREN, I. M. (2011). Análise da relação entre crescimento econômico e gastos públicos nas maiores cidades da região Sul do Brasil. **Revista de administração pública**, 45, 159-179. <https://doi.org/10.1590/S0034-76122011000100008>

CASHIN, P. (1995). Government spending, taxes, and economic growth. **Staff Papers**, 42(2), 237-269. <https://doi.org/10.2307/3867572>

EDNEY, L. C *et al.* (2018). Mortality reductions from marginal increases in public spending on health. **Health Policy**, 122(8), 892-899. <https://doi.org/10.1016/j.healthpol.2018.04.011>

EKEOCHA, D. O; OGBUABOR, J. E.; ORJI, A. Public infrastructural development and economic performance in Africa: a new evidence from panel data analysis. **Econ Change Reconstruct** 55, 931–950 (2022). <https://doi.org/10.1007/s10644-021-09334-8>

FACCHINI, F; SEGHEZZA, E. (2018). Public spending structure, minimal state and economic growth in France (1870–2010). **Economic Modelling**, 72, 151-164. <https://doi.org/10.1016/j.econmod.2018.01.014>

FADILAH, A., ANANDA, C. F; KALUGE, D. (2018). A panel approach: how does government expenditure influence human development index?. **Jurnal Ekonomi Dan Studi Pembangunan**, 10(2), 130-139.

FÁVERO, L. P. L; BELFIORE, P. (2017). **Manual de análise de dados: estatística e modelagem multivariada com Excel®, SPSS® e Stata®**. El

FEDDERKE, J. W., PERKINS, P; LUIZ, J. M. (2006). Infrastructural investment in long-run economic growth: South Africa 1875–2001. **World development**, 34(6), 1037-1059. <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2005.11.004>

FLAVIN, P. (2019). State government public goods spending and citizens' quality of life. **Social science research**, 78, 28-40. <https://doi.org/10.1016/j.ssresearch.2018.11.004>

GEMMELL, N; KNELLER, R; SANZ, I. (2016). Does the composition of government expenditure matter for long-run GDP levels?. **Oxford Bulletin of Economics and Statistics**, 78(4), 522-547. <https://doi.org/10.1111/obes.12121>

HADI, A. S. (1994). A modification of a method for the detection of outliers in multivariate samples. **Journal of the Royal Statistical Society Series B: Statistical Methodology**, 56(2), 393-396. <https://doi.org/10.1111/j.2517-6161.1994.tb01988.x>

HELDEN, G. V *et al.* (2008), 'Distinctive Research Patterns on Public Sector Performance Measurement of Public Administration and Accounting Disciplines'. **Public Management Review**, 10(5), 641-51. <https://doi.org/10.1080/14719030802264366>

HUTTON, G. (2007, November 1). **Economic Impacts of sanitation in Southeast Asia: Summary**. <https://ssrn.com/abstract=1149071>

KING, A; RAMLOGAN-DOBSON, C. (2015). Is Africa actually developing?. **World Development**, 66, 598-613. <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2014.09.023>

KODONGO, O; OJAH, K. (2016). Does infrastructure really explain economic growth in Sub-Saharan Africa?. **Review of Development Finance**, 6(2), 105-125.

- KUMAR, T. R. (2002). The impact of regional infrastructure investment in India. **Regional Studies**, 36(2), 194-200. <https://doi.org/10.1080/00343400120114771>
- LEIGH, N. G; BLAKELY, E. J. (2016). **Planning local economic development: Theory and practice**. SAGE publications.
- MAKIN, A. J; PEARCE, J; RATNASIRI, S. (2019). The optimal size of government in Australia. **Economic Analysis and Policy**, 62, 27-36. <https://doi.org/10.1016/j.eap.2018.12.001>
- MAPARU, T. S; MAZUMDER, T. N. (2017). Transport infrastructure, economic development and urbanization in India (1990–2011): Is there any causal relationship?. **Transportation research part A: policy and practice**, 100, 319-336. <https://doi.org/10.1016/j.tra.2017.04.033>
- MUSGRAVE, R. A. (1959). **The theory of public finance; a study in public economy**. Kogakusha Co.
- NEDUZIAK, L. C. R; CORREIA, F. M. (2017). Alocação dos gastos públicos e crescimento econômico: um estudo em painel para os estados brasileiros. **Revista de Administração Pública**, 51, 616-632. <https://doi.org/10.1590/0034-7612155177>
- NELSON, K. (2013). Social assistance and EU poverty thresholds 1990–2008. Are European welfare systems providing just and fair protection against low income?. **European sociological review**, 29(2), 386-401. <https://doi.org/10.1093/esr/jcr080>
- OBASUYI, F. O. T., CHENAYAH, S; PIAW, C. Y. (2018). Education inequality in west African countries: does investment in education matter?. **MOJEM: Malaysian Online Journal of Educational Management**, 6(4), 15-36. <https://doi.org/10.22452/mojem.vol6no4.2>
- OGUNDARI, K; ABDULAI, A. (2014). Determinants of household's education and healthcare spending in Nigeria: Evidence from survey data. **African Development Review**, 26(1), 1-14. <https://doi.org/10.1111/1467-8268.12060>
- PATEL, G; ANNAPOORNA, M. S. (2019). Public education expenditure and its impact on human resource development in India: An empirical analysis. **South Asian Journal of Human Resources Management**, 6(1), 97-109. <https://doi.org/10.1177/2322093718813407>
- Ram, R. (1986). Government size and economic growth: A new framework and some evidence from cross-section and time-series data. **The American economic review**, 76(1), 191-203.
- RAZMI, M. J., ABBASIAN, E; MOHAMMADI, S. (2012). Investigating the effect of government health expenditure on HDI in Iran. **Journal of Knowledge Management, Economics and Information Technology**, 2(5).
- REZENDE, F. (2001). **Finanças públicas**. São Paulo: Atlas.

SAHOO, P.; DASH, R. K. (2012). Economic growth in South Asia: Role of infrastructure. **The Journal of International Trade & Economic Development**, 21(2), 217-252. <https://doi.org/10.1080/09638191003596994>

SANTOS FILHO, M. R. (2010). **Desenvolvimento Humano dos Municípios Baianos: uma Avaliação a partir de Indicadores Sociais e das Demonstrações Contábeis**. 176 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Universidade Federal da Bahia, Salvador.

SCARPIN, J. E. (2006). **Estudo dos fatores condicionantes do Índice de Desenvolvimento Humano nos municípios do Estado do Paraná: instrumento de controladoria para a tomada de decisões na gestão governamental**. 402 f. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo. <https://doi.org/10.1590/S0034-76122007000500006>

SECCHI, L. (2014). **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. Cengage Learning.

SENGENBERGER, W. (1993). Local development and international economic competition. **Int'l Lab. Rev.**, 132, 313.

SHAFUDA, C. P; DE, U. K. (2020). Government expenditure on human capital and growth in Namibia: a time series analysis. **Journal of Economic Structures**, 9, 1-14. <https://doi.org/10.1186/s40008-020-00196-3>

SHANDRA, C. L., SHANDRA, J. M., & LONDON, B. (2011). World bank structural adjustment, water, and sanitation: **A cross-national analysis of child mortality in Sub-Saharan Africa. Organization & Environment**, 24(2), 107-129. <https://doi.org/10.1177/1086026611413931>

SHI, Y., GUO, S; SUN, P. (2017). The role of infrastructure in China's regional economic growth. **Journal of Asian Economics**, 49, 26-41. <https://doi.org/10.1016/j.asieco.2017.02.004>

Silva, J. A. (2019). A desindustrialização na região Sul. **Cadernos Metrópole**, 21, 531-550. <https://doi.org/10.1590/2236-9996.2019-4508>

SISTEMA FIRJAN. (2018). **Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal [IFDM]: recorte municipal (abrangência nacional), ano base 2013**. Retrieved from <https://www.firjan.com.br/ifdm/downloads/>

SOUSA, A. M; ROSA, F. S; RIBEIRO, A. M. (2020). Influência dos gastos públicos no crescimento e desenvolvimento econômico: uma análise em municípios de Santa Catarina. **GCG: revista de globalización, competitividad y gobernabilidad**, 14(1), 62-77. <https://doi.org/10.3232/GCG.2020.V14.N1.03>

TEIXEIRA, M. F. F. (2002). **Composição dos Gastos dos Estados Brasileiros, 1983-99. 2002**. 88 f. Brasília: ESAF. Monografia premiada em 2º lugar no VII Prêmio Tesouro Nacional, Tópicos Especiais de Finanças Públicas.

TROJANEK, M; KISIALA, W; TROJANEK, R. (2021). Do local governments follow their neighbours' tax strategies? Tax mimicking amongst Polish municipalities. **Land Use Policy**, 108, 105576. <https://doi.org/10.1016/j.landusepol.2021.105576>

WANG, K. M. (2011). Health care expenditure and economic growth: Quantile panel-type analysis. **Economic modelling**, 28(4), 1536-1549. <https://doi.org/10.1016/j.econmod.2011.02.008>

ZAIDI, S; SAIDI, K. (2018). Environmental pollution, health expenditure and economic growth in the Sub-Saharan Africa countries: Panel ARDL approach. **Sustainable cities and society**, 41, 833-840. <https://doi.org/10.1016/j.scs.2018.04.034>

INOUE, C. (2020). Election cycles and organizations: How politics shapes the performance of state-owned enterprises over time. **Administrative Science Quarterly**, 65(3), 677-709. <https://doi.org/10.1177/0001839219869913>

Como Referenciar este Artigo, conforme ABNT:

MARQUES, M. S; ARANTES, V. A. Crescimento Econômico e Gastos Públicos na Região Sul. **Rev. FSA**, Teresina, v. 21, n. 12, art. 6, p. 112-137, Dez. 2024.

Contribuição dos Autores	M. S. Marques	V. A. Arantes
1) concepção e planejamento.	X	
2) análise e interpretação dos dados.	X	
3) elaboração do rascunho ou na revisão crítica do conteúdo.		X
4) participação na aprovação da versão final do manuscrito.		X